

A cidade e as novas tecnologias: da superexposição à hipertextualidade

*Fernando do Nascimento
Gonçalves*

A cidade não é algo dado. É uma das formas da inscrição da experiência humana na cultura e na história, e, portanto, um processo contextual, resultante dos projetos que dinamizam suas estruturas. Por isto mesmo, uma análise da experiência urbana ao longo da História permite-nos verificar muitas vezes como os diversos elementos constitutivos da vida social - em nosso caso, a comunicação e as novas tecnologias - se conjugam em determinados contextos. É por isso que, como propõem Virilio, uma cidade não é simplesmente onde se vive, é acima de tudo uma encruzilhada.

Com o advento da indústria, da era da produção, a grande cidade passa a funcionar como catalisador da vida econômica, política e cultural, interligando localidades, povos e atividades num só universo. A experiência urbana é, portanto, inventada e tem sua inscrição constantemente atualizada na história e na cultura. Assim é, por exemplo, que vemos a ascensão dos espaços públicos do século XIX, corporificados na inovação urbanística do *boulevard* parisiense, e também seu declínio já no nosso século, a partir do surgimento do automóvel e da criação das *high-ways*, e que parecia até pouco tempo culminar com o surgimento das sociedades “car oriented”, como Los Angeles.

No século XX, entre diversos modernismos, a cidade assiste à celebração da tecnologia e do consumo, através da qual introduzem-se novas formas de estar no mundo, sensivelmente diferentes daquelas trazidas pela indústria. Passa também a abrigar outros funcionamentos como o de prestadora de serviços e de lazer. Surge a aí noção de “cidade-espetáculo”, em que o *design* conta nossa história e espaços públicos transmutam-se em imensos espaços público-privados, espaços de confinamento artificiais, assépticos, porém incrivelmente sedutores, como os *shoppings*.

É, no entanto, a partir dos grandes avanços da tecnologia, das comunicações e dos

transportes que a experiência urbana parece adquirir um novo estatuto e é este processo que procuraremos discutir a seguir.

A introdução da racionalidade técnica pela indústria nas relações de produção e, posteriormente, na esfera da cultura passou pouco a pouco a legitimar uma visão que proclamava a natural afinidade entre modernização material e modernização espiritual. Essa visão, que tem origem nos ideais iluministas, e é chamada de “pastoral” por Marshal Berman, concebe ainda as mudanças econômicas e culturais como progresso humano sem obstáculos (Berman, 1986, p.133).

A “pastoral” teve ressonâncias sobretudo nas artes do século XIX. Encarado como utopia redentora, o desenvolvimento da tecnologia prometia plenitude e liberdade e o que chama atenção é que essa visão ganhou um status de pensamento e passou a impregnar o movimento pré-modernista, como se pode perceber em obras literárias como as de Baudelaire, em uma primeira fase. O “Pintor da vida moderna”, por exemplo, é uma espécie de ode ao “tumulto da liberdade humana” ou a uma “modernidade sem lágrimas”, que são exatamente o reflexo da introdução da técnica no cotidiano.

Mergulhar no turbilhão do tempo, na enxurrada dos eventos, continuar movendo-se. Tal é a pressão fáustica que caracteriza as aspirações universais do homem moderno. No entanto, a tecnologia e o progresso material, ao invés de levar o homem ao tão sonhado domínio sobre a natureza, propiciam, paradoxalmente, a instauração de uma era de incertezas, onde nada é, onde, como dizia Marx, *...tudo que é sólido desmancha no ar*.

Mas o fim das ilusões com relação à modernidade se expressa também na literatura. E é no próprio Baudelaire que observamos a oposição à “pastoral”, em poemas como “A família de olhos” e principalmente “A perda do halo” (Berman, 1986, p.150).

Neste último, o herói baudelairiano (o poeta) cruzava a mais nova invenção urbanística do século XIX - o *boulevard* -, com muita pressa, *...chapinhando na lama, em meio aos caos, com a morte galopando em sua direção, de todos os lados*, quando,

de repente, ao fazer um movimento brusco, perde o halo que pendia em sua cabeça, que cai num lodaçal. Diante do risco que é parar para recolhê-lo, o poeta resolve seguir em frente sem sua insígnia.

O halo, neste caso, metáfora da crença na santidade da arte, termina na lama, como a crença, e demonstra os reflexos das mudanças na cidade em sua ambiência e na própria arte. Em última análise, o caos aí instaurado não se refere apenas aos passantes, mas à totalidade de seus movimentos num espaço comum. O *boulevard* é, portanto, símbolo das contradições das condições materiais de existência emergentes, do próprio capitalismo. Com ele, Baudelaire mostra como a vida na cidade força cada um a atualizar-se, a realizar um incessante esforço de adaptação à transformação, ao caos.

O que se depreende da obra de Baudelaire é que a introdução da técnica em escala industrial no âmbito da cidade moderna (especialmente no que tange ao transporte, às habitações e aos serviços), é de certa forma responsável pela “modernização” da cidade, ao mesmo tempo que inspira e força a “modernização” de seus habitantes.

Assim é que pouco a pouco o “homem na rua” se incorporará ao novo poder, tornando-se o “homem no carro”. Então, o habitante da cidade moderna do século XIX tende a deixar de ser o *man of the crowd*, de Poe e o *flâneur*, de Benjamin, para ser o “homem do transporte”, que, com o desenvolvimento da tecnologia, investe incessantemente na aceleração.

A situação que ora se configura em nossa sociedade contemporânea é a da velocidade encontrando na comunicação e no transporte vetores privilegiados, o que vai permitindo à cidade tomar novos contornos, novos funcionamentos. É neste contexto que se inserem as análises de Virilio sobre o declínio da noção geográfica de espaço. Assim como a preponderância do carro sobre o pedestre evoluiu para o sistema de auto-estradas, para o autor este é o momento do surgimento de um sistema de redes, ou de um hiper-espaço de redes (Org. Marcondes, 1993, p.8), que para ele se sobreporia ao sistema citadino, isto é, ao funcionamento tradicional da cida-

de, fincado na noção geográfica de espaço. Acrescenta Guattari a esse respeito: *...doravante não existe mais, com efeito, uma capital que domine a economia mundial, mas um “arquipélago de cidades” ou mesmo, mais exatamente, sub-conjuntos de grandes cidades, ligados por meios telemáticos e por uma grande diversidade de meios de comunicação* (Guattari, 1993, p.171).

O enfraquecimento desta noção de espaço geográfico localizável origina-se no fato de muitas sociedades contemporâneas serem capazes de acumular conhecimento e programar sua produção, aumentar sua produtividade e melhorar seu funcionamento econômico, gerindo sistemas de informação. Com isso, exacerba-se um fenômeno que inicia-se já muito antes do século XIX: a separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem um zoneamento tempo-espacial preciso da vida social (Giddens, 1991, p.26).

Nas sociedades pré-modernas, a noção de tempo está intimamente ligada à vida cotidiana, dependente de marcadores socio-

espaciais, e a noção de espaço é dada necessariamente por uma “presença” em um “lugar”. Já nas sociedades modernas, com suas inovações tecnológicas, esta forma de organização é reordenada: há um esvaziamento do tempo e do espaço, dado pelo surgimento de formas uniformes de mensuração.

A introdução do relógio no cotidiano cria uma organização social do tempo “vazio”, independente de marcadores socioespaciais e quantificado de maneira a permitir a designação precisa de “zonas” do dia, como a jornada de trabalho, por exemplo. É o primeiro passo para o esvaziamento do espaço.

Na medida em que o tempo é “esvaziado”, este passa a não mais coincidir com o espaço, como nas sociedades pré-modernas, pois agora o espaço é dado por relações entre “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou de interação face a face. O lugar se torna cada vez mais fantasmagórico, isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles.

Esse processo, que Giddens chamou

deslocamento do espaço do lugar, representa uma noção de espaço sem referência a um local privilegiado. O mapeamento do globo, por exemplo, que levou à criação dos mapas universais, estabeleceu o espaço como “independente” de qualquer lugar ou região particular. Ou seja, podemos ter uma percepção do globo sem estar onipresentemente nele. É o fim da “presença” na noção de espaço, é o seu esvaziamento.

Como foi colocado anteriormente, este processo exacerba-se hoje, sobretudo com a introdução das novas tecnologias. Com elas, cria-se talvez um verdadeiro abismo entre tempo e espaço, formando dimensões ainda mais padronizadas, “vazias”, que penetram nas conexões da atividade social, redimensionando-as radicalmente.

Aqui cabe, entretanto, um necessário e oportuno contraponto. Obviamente, crer na superação do espaço citadino pelo do hiper-espaço de redes telemáticas seria tão ingênuo quanto crer no fim do político e do social ou na substituição do real pelo virtual e na automação da percepção pelas “máquinas



de visão”, como pretendem autores como Baudrillard e Virilio.

Certamente a pastoral e o halo ganham hoje mais do que nunca contornos *high-tech*, mas eles não têm o poder ilimitado. Como afirma Negri, ao se referir à comunicação, “a nova subjetividade se constitui dentro desse contexto de máquina e trabalho (...) O trabalho humano de produção de uma nova subjetividade ganha toda sua consistência no horizonte virtual aberto cada vez mais pelas tecnologias da comunicação” (Org. Parente, 1993, p.174).

No entanto, as tecnologias avançadas brindam-nos com o que Virilio chamou de “tempo curto” - expressão usada para falar do esgotamento das distâncias de tempo (Virilio, 1993, p.13) -, mas também com uma espécie de alucinação, no sentido freudiano da satisfação com ausência do objeto. Neste sentido é que Baudrillard afirma que *...tudo o que constrói a economia da mediação é fonte de gozo. A sedução é o que vai de um ao outro sem passar pelo mesmo (...) Na metamorfose, vai-se de uma forma a outra sem passar pelo significado. No poema, vai-se de um signo ao outro sem passar pela referência. A elisão das distâncias, dos espaços intermediários, sempre provoca uma certa embriaguez. E na velocidade, que estamos fazendo senão ir de um ponto ao outro sem passar pela duração e pelo movimento?* (Baudrillard, 1992, p.77).

Semelhante ao cidadão de Virilio que se transforma em passageiro, o “homem telemático” de Baudrillard (o operador de virtualidades), através da interface com a máquina, vai e vem instantaneamente, em sua comunicação/transporte, “a um outro”, da mesma forma que o cidadão-passageiro vai “a algum lugar”. Ambos estão sob uma espécie de “ditadura do movimento”: vai-se a todo lugar sem se sair do lugar. Está-se em toda parte e não se está em parte alguma.

Esta experiência, embora não possa ser generalizada no cotidiano, modifica inegavelmente nossa relação com o real onde se apresenta. A interface com a máquina altera o ritmo e o próprio sentido da experiência, podendo servir de poderoso instrumento de desterritorialização contra nossas petrificações mentais e condicionamentos ou, ao contrário, simplesmente contribuir para o congelamento de nossas percepções do real.

É que, como coloca Parente, cada tecnologia suscita questões relativas à sua consistência enunciativa específica que, em última instância, se articula com a pro-

dução discursiva de uma sociedade num determinado momento. E a questão a que isso nos remete é a de que essa produção discursiva faz do virtual simplesmente mais uma criação do “novo” como espetáculo, o que evidentemente vem a ser uma violenta economia simbólica.

Ora, as tecnologias do virtual devem ser entendidas como coloca Guattari, ou seja, como uma “forma hiperdesenvolvida da própria subjetividade” (Org. Parente, 1993, p.15), responsável pelas modelizações das atuais formas de existência, e não como uma simples representação de um real desreferencializado, pois é a esta postura que corresponde à fascinação paralisante que para muitos elas exercem.

Com isso, podemos finalmente retomar sem medo a tese de Virilio de desurbanização do espaço, através de mecanismos telemáticos que derrubam seus muros e fronteiras físicas em favor de uma “superexposição”, cuja superfície é a interface homem-máquina, o espaço-tempo tecnológico que permitiria deixar ver a cidade “como um todo”.

Segundo Virilio, as tele-tecnologias são responsáveis pelo surgimento de uma “estética da desapareição”, equivalente contrária daquela introduzida pela indústria. Através da nova lógica da “produção de produtividade” e da produção de imagens, instaura-se na sociedade contemporânea um deslocamento da noção de unidade de continuidade para a de unidade de fragmentação, que, em última análise, coincide com as noções de esvaziamento do tempo e do espaço de Giddens.

Enquanto à sociedade moderna se relacionava uma estética da pintura, que repousava na aparição - para a obra existir é preciso pintá-la - à sociedade contemporânea relaciona-se uma estética do cinema, que repousa sobre a desapareição das imagens filmicas, que só estão presentes porque devanecem rapidamente.

Velocidade e instantaneidade passam a habitar a experiência urbana e, em muitos momentos, a existir como projeto em que *...se impõem como referencial para o imaginário subjetivo e as práticas vitais e institucionais, reprogramando nossas práticas cotidianas, a experimentação estética, o conflito de gerações, a arquitetura, a produção ensaística e outros processos (...)* (Virilio, 1993, p.14), na medida em que a velocidade metabólica do indivíduo muda forçosamente em função da mudança de velocidade do sistema.

Com a desreferencialização do espaço emerge, pouco a pouco, nas sociedades contemporâneas a noção segundo a qual o espaço transmuta-se em um “espaço-tempo”. Em outras palavras, surge a noção de que passamos a habitar o tempo. A corrida tecnológica leva-nos a um processo de “desurbanização” do espaço, o que permitiu a Virilio propor a tese do desaparecimento da cidade.

A habitação do tempo, estética de desapareição, levaria à prefiguração de uma nova sociedade não mais sedentária, mas de passagem, não mais nômade, porém concentrada no vetor transporte, onde as tecnologias de comunicação e transporte se impõem como produtores de vida social.

Assistimos, desta forma, ao advento das “telecidades” (aeroportos, *shoppings*, supermercados, bancos etc), que têm como característica uma proximidade na distância, *que não deixa de ser um corolário da assepsia que permeia toda a cultura: as pessoas se comunicam, mas não se tocam. Nas redes há uma unidade de tempo, mas não de lugar* (Org. Marcondes, 1993, p.8).

Muito bem. Só nos perguntamos se este tipo experiência seria de fato tão totalizante assim, afinal, por mais que sejamos convidados a nos retirar da exterioridade da cidade, há evidentemente um “aqui e agora” fora da interface com a máquina e das “telecidades”, que por si só também funciona como um hipertexto, ou seja, um processo de produção de trajetórias, (também de leituras, vivências) em que se navega num percurso que pode ser tão complicado quanto possível.

Além disso, a cidade “superexposta”, varrida pelos mecanismos telemáticos não se desnuda: antes joga com as imagens, pois, como afirma Pechman, *enganadoramente transparente e verdadeiramente opaca, a cidade não se dá a conhecer naquilo que ela explicita, desnuda aos olhos de todos. Ao contrário, é na sua “visibilidade” que ela esconde seus segredos* (Org. Pechman, 1994).

A instantaneidade e a ubiqüidade, facilidades do tempo real, podem reverter as relações com a própria tecnologia, rompendo com determinados usos e permitindo um investimento potencialmente diferente no contato, na troca, na construção de novas formas de vida e na revitalização do estatuto urbano, através, por exemplo, do recentramento dos projetos arquitetônicos e urbanísticos que considerem a multidimensionalidade da produção de subjetividade, como propõe Guattari: *...a complexidade arquitetural*

e urbanística encontrará sua expressão dialética em uma tecnologia do projeto - doravante auxiliada pelo computador - que não fechará sobre si mesma, mas que se articulará com o conjunto do agenciamento de enunciação que é o seu alvo (Guattari, 1993, p.177).

A cidade enquanto lugar de possíveis, enquanto “funcionamento” maquínico produtor de subjetividades coletivas e individuais insiste, portanto. Em plena época massmediática, a cidade contemporânea abriga estratégias culturais desenvolvidas a partir das próprias tecnologias, que são por elas fagocitadas e reprocessadas, numa negociação incessante. Exatamente por isso a cidade não é simplesmente onde se vive, nem um repositário onde os impactos das tecnologias vem aterrisar. É acima de tudo uma encruzilhada, onde práticas cotidianas, valores e discursos se associam e interconectam.

Nela, o tradicional e moderno se mesclam, como afirma Canclini, surgindo assim as culturas híbridas, geradas ...*pele reordenamento do público e do privado no espaço urbano e pela desterritorialização dos processos simbólicos* (Canclini, 1989, p.24). Pensemos por um instante nas ruas Uruguaiana ou Sete de Setembro, no centro do Rio de Janeiro. Lá estão, a todo momento, o culto, o popular e o massivo, a oferecerem-se aos passantes, que, por sua vez, ao absorvê-los o fazem muitas vezes reordenando o *in put* de homogeneização generalizada em diferentes formas de apropriação.

A experiência das ruas parece mesmo tentar lembrar a possibilidade dessa incessante negociação da realidade. Como afirma Caiafa, ela ...*mistura o estranho e gera um trânsito em que a percepção do espaço e a vivência dos encontros estão imbuídas de uma nova velocidade* (Caiafa, 1994, p.121).

Ao sugerir-nos diariamente novas experiências perceptivas, a cidade como interface que abre “para outras interfaces embutidas, dobradas, amarrotadas umas nas outras, umas pelas outras”, se configura como espaço privilegiado para uma redescoberta do signo e dos múltiplos caminhos de uma “hipertextualidade rizomática”, a partir da qual podemos sempre desconfiar da supremacia das imagens clichês da mídia e da publicidade, que nos propõem uma determinada visão de mundo e da “pseudo-evidência” dos sentidos, renovando-os assim.

Ora, como coloca Lévy, o sentido remete sempre aos numerosos filamentos de uma rede, é negociado nas fronteiras, na superfi-

cie, ao acaso dos encontros e funciona como em uma espécie de *lance de dados*, em que o múltiplo pode ter lugar, conforme analisa Deleuze (Deleuze, p.42).

Desta forma, a cidade, tanto quanto a imagem virtual, por também ser um não-dado que constitui uma verdadeira “hipertextualidade”, é, por excelência, o espaço da quebra da hegemonia signica da pastoral *high-tech* e o espaço privilegiado para uma possível re-singularização das atividades humanas, onde o devir urbano possa ser reinventado (Guattari, 1993, p.178).

Trata-se, então, no dizer de Ferrara, de tornarmos-nos *leitores de possíveis*, *atualizando a memória individual e coletiva, através de operações singulares de recepção* (Ferrara, 1986, p.8). É isto que nos permite dizer que a cidade pode ser encarada como mais do que uma interface, mas como um verdadeiro “funcionamento” ou mesmo uma “técnica” que nos incita a uma exterioridade, a um contato, a um registro de trocas que celebra a diferença e o novo, e que rompe com diversos tipos de condicionamentos e tradicionalizações.

O que Guattari propõe, em outras palavras, é que a vivência do presente seja afirmada, esforço no qual a imagem virtual pode contribuir ao estranhar o real idealizado pela cultura, estabelecendo uma quebra do senso comum e das representações socialmente dominantes. Retomar o presente seria, portanto, propor uma ordem objetiva “mutante”, “polissêmica” que pode nascer do caos atual de nossas cidades, cujas virtualidades permite-nos exatamente atuar pelo possível, opondo-nos, entretanto, não ao real, mas ao atual, que está dado. Desta forma, poder-se-á construir ...*dando chances às mutações virtuais que levarão as gerações futuras a viver, sentir e pensar diferentemente de hoje em dia, tendo em vista as imensas modificações, em particular, de ordem tecnológica, que nossa época conhece* (Guattari, 1993, p.175).

Finalmente, o direito à cidade, à vida urbana renovada, implica também uma renovação dos valores humanos e sociais. Esta cidade, *cidade subjetiva* (Guattari, 1993, p.170), como propõe Guattari, que *engaja tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos*, não escapa certamente ao impacto das novas tecnologias e das novas formas de comunicar, mas sempre arranja uma forma de reprocessá-las, afirmando o presente e suas potencialidades e sobretudo reafirmando o

“valor de uso” dos possíveis agenciamentos engendrados por essas tecnologias.

Fernando do Nascimento Gonçalves

- *Mestre em Comunicação e Cultura ECO/UFRJ e professor do Departamento de Relações Públicas da FCS/UERJ.*

Bibliografia

- BAUDRILLARD, J. *A transparência do Mal*. Campinas: Papyrus, 1992.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CAIAFA, J. Velocidade e Condução nas cidades. IN: *ECO/Publicação da Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Vol 5, n.5. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- CANCLINI, N.G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Mexico: Grijalbo, 1989.
- DELEUZE, G. *Nietzsche e a Filosofia*. Porto: Ed. RÊS, s/data.
- FERRARA, L. *A estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- GUATTARI, F. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- MARCONDES, C. (org). O tempo na era tecnológica. Revista “*Atrator Estranho*”, número 2. São Paulo: USP, julho/93.
- PARENTE, A. (Org.) *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- PECHMAN, R.M. (Org.) *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- VIRILIO, P. *Espaço Crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993